
***Morro do
Cruzeiro I S.A.***
***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Morro do Cruzeiro I S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Morro do Cruzeiro I S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Morro do Cruzeiro I S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, cujas cifras estão apresentadas para fins comparativos, e, conseqüentemente, não emitimos opinião sobre elas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Morro do Cruzeiro I S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Morro do Cruzeiro I S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 28 de abril de 2023

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Leandro Sidney Camilo da Costa', is written over the printed name and company information.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador CRC 1SP236051/O-7

Morro do Cruzeiro I S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	12/31/2022	12/31/2021 (não auditado)	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	12/31/2022	12/31/2021 (não auditado)
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	6	2	Fornecedores	6	2.128	-
Contas a receber	7	195	-	Partes relacionadas	7	195	-
Outros ativos	4	809	61	Impostos a recolher		549	-
Total do ativo circulante		<u>1.010</u>	<u>63</u>	Arrendamentos		181	153
				Imposto de renda e contribuição social		2	-
				Outros passivos		<u>149</u>	-
				Total do passivo circulante		<u>3.204</u>	<u>153</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	5	<u>79.386</u>	<u>42.412</u>	Arrendamentos		<u>809</u>	<u>765</u>
Total do ativo não circulante		<u>79.386</u>	<u>42.412</u>	Total do passivo não circulante		<u>809</u>	<u>765</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	9.a	79.368	20
				Prejuízos acumulados		<u>(2.985)</u>	<u>(6)</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>76.383</u>	<u>14</u>
				Adiantamento para futuro aumento de capital	9.b	-	41.543
				Total do patrimônio líquido e AFAC		<u>76.383</u>	<u>41.557</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>80.396</u>	<u>42.475</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>80.396</u>	<u>42.475</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Morro do Cruzeiro I S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	12/31/2022	12/31/2021 (não auditado)
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	10	(2.913)	(6)
		<u>(2.913)</u>	<u>(6)</u>
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		<u>(2.913)</u>	<u>(6)</u>
Receitas financeiras		26	-
Despesas financeiras		(86)	-
RESULTADO FINANCEIRO	11	<u>(60)</u>	<u>-</u>
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(2.973)</u>	<u>(6)</u>
Imposto de renda e contribuição social	12	(6)	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(2.979)</u>	<u>(6)</u>
Prejuízo do exercício básico e diluído por ação do capital social - R\$		(0,375)	(3,000)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Morro do Cruzeiro I S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>12/31/2022</u>	<u>12/31/2021</u> (não auditado)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(2.979)	(6)
Outros componentes do resultado abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(2.979)</u>	<u>(6)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Morro do Cruzeiro I S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total de Patrimônio Líquido</u>	<u>Adiantamento para aumento de capital</u>	<u>Total de Patrimônio Líquido e AFAC</u>
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2021 (não auditado)		-	-	-	-	-
Aumento de capital		20	-	20	-	20
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	41.543	41.543
Prejuízo do exercício		-	(6)	(6)	-	(6)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (não auditado)		<u>20</u>	<u>(6)</u>	<u>14</u>	<u>41.543</u>	<u>41.557</u>
Aumento de capital	12 (b)	79.348	-	79.348	(41.543)	37.805
Prejuízo do exercício	12 (a)	-	(2.979)	(2.979)	-	(2.979)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		<u><u>79.368</u></u>	<u><u>(2.985)</u></u>	<u><u>76.383</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>76.383</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Morro do Cruzeiro I.S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	12/31/2022	12/31/2021 (não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Prejuízo antes dos tributos		(2.973)	(6)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício:			
Depreciação e amortização	5	7	5
Juros sobre arrendamentos	11	73	-
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber		(195)	-
Outros ativos		(748)	(61)
Fornecedores		2.128	-
Imposto e contribuição a pagar		547	-
Outros passivos		148	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2)	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		<u>(1.015)</u>	<u>(62)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de bens do imobilizado	5	(36.981)	(41.499)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		<u>(36.981)</u>	<u>(41.499)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Partes Relacionadas	7	195	-
Aporte de capital e AFACs recebidos	9	37.805	41.563
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		<u>38.000</u>	<u>41.563</u>
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>4</u>	<u>2</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	2	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	6	2
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>4</u>	<u>2</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MORRO DO CRUZEIRO I S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA, EM FASE PRÉ-OPERACIONAL, PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Morro do Cruzeiro I S.A. (“Companhia”), constituída em 07 de julho de 2021, tem sede e foro na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, Rodovia José Carlos Daux, 5.500, Km 5, Sala 313, 3º andar, Pavimento Jurerê A, Saco Grande, onde serão realizadas apenas atividades administrativas. A Companhia possui 1 (uma) filial, onde funcionará seu núcleo operacional, situada no município de Brotas de Macaúbas, Estado da Bahia, na Comunidade Cocal, s/n, Fazenda Mangabeira.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, tem por objeto social a geração de energia elétrica, bem como o comércio atacadista da energia e a realização de serviços de apoio administrativo e é controlada pela Statkraft Energias Renováveis S.A. (“Controladora”).

A Companhia foi constituída para viabilizar o projeto oriundo do leilão de Energia Nova do tipo A-5 de 30 de setembro de 2021, onde a Controladora sagrou-se vencedora com dois projetos eólicos do complexo Morro do Cruzeiro, com potência instalada de 79,8MW. Os projetos vencedores tiveram 30% da energia vendida a distribuidoras de energia elétrica por meio de contratos fechados no ambiente regulado (CCEAR), com prazo contratual de 15 anos e início de suprimento em 1º de janeiro de 2026, de acordo com as diretrizes do Ministério de Minas e Energia (MME). Como estratégia, a Companhia comercializará a energia remanescente dos projetos no mercado livre. A previsão orçamentária estima investimentos no montante de R\$ 606.700 para o projeto.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, com construção iniciada em 30 de maio de 2022 e previsão estimada de término para fevereiro de 2024. Durante essa fase, os recursos financeiros necessários à implementação do parque eólico serão supridos pela Controladora, mediante aportes de capital e recursos de terceiros captados via contratos de empréstimos com o BNB – Banco do Nordeste, conforme nota explicativa nº 7. Nesse período, o capital circulante da Companhia poderá apresentar variações e valor negativo, o que não representa, no entendimento da Companhia, risco de continuidade operacional.

A Companhia analisou os impactos do COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem impairment de ativos, descontinuidade operacional, nem que requeiram ajustes nas suas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022. A Administração da Companhia tem analisado e tomado ações efetivas para preservar a integridade de suas pessoas e de seus ativos.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no exercício apresentado.

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso das aplicações financeiras, é ajustado para refletir o valor justo, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 28 de abril de 2023.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações foram apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. Outros ativos circulantes

São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

2.5. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada.

O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo em separado, conforme apropriado, somente quando provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado quando das suas obsolescências. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

2.6. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano.

2.7. Financiamentos

Os financiamentos tomados são reconhecidos contabilmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos tomados são apresentados pelo custo, líquido dos pagamentos realizados, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis).

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.8. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

Estas estimativas são mensuradas com base em avaliação e qualificação dos riscos com probabilidade de perda provável. Estas avaliações são suportadas pelo julgamento dos seus assessores jurídicos e da Administração, considerando as jurisprudências e o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

2.9. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. As despesas de imposto de renda e contribuição social do final do exercício compreendem os impostos correntes.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do exercício que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia se enquadra no regime do lucro presumido, portanto, conforme facultado pela legislação fiscal vigente, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente de prestação de serviços) e 100% das demais receitas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

2.10. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.11. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

- CPC 26 (R1) (IAS 1) – “Apresentação das Demonstrações Contábeis”: Em janeiro de 2020, as alterações emitidas pelo IASB especificaram os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. Tais especificações determinaram que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

- CPC 26 (R1) (IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) – “Divulgação de políticas contábeis”: Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- CPC 23 (IAS 8) – “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- CPC 32 (IAS 12) – “Tributos sobre o Lucro”: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de

ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

A Companhia avalia as alterações que tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários em conta movimento ou aplicações financeiras de liquidação imediata.

	31.12.2022	31.12.2021 (não auditado)
Contas bancárias em moeda funcional	6	2
	<u>6</u>	<u>2</u>

4. OUTROS ATIVOS

O grupo de outros ativos pode ser assim representado:

	31.12.2022	31.12.2021 (não auditado)
Despesas antecipadas com seguros	537	61
Outras contas a receber	272	-
	<u>809</u>	<u>61</u>

5. IMOBILIZADO

O grupo de imobilizado é representado pelo valor de R\$82.209 (R\$42.412 em 31 de dezembro de 2021) e sua composição pode ser assim demonstrada:

	Imobilizado em andamento *	Arrendamentos	Total
Em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)	-	-	-
Adições	41.499	918	42.417
Depreciação	-	(5)	(5)
Em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)	<u>41.499</u>	<u>913</u>	<u>42.412</u>
Adições	36.981	-	36.981
Depreciação	-	(7)	(7)
Em 31 de dezembro de 2022	<u>78.480</u>	<u>906</u>	<u>79.386</u>

* Saldo composto substancialmente por turbinas eólicas, subestações e obras civis.

6. FORNECEDORES

O grupo de fornecedores é representado pelo montante de R\$ 2.128 no qual sua composição corresponde a saldos a pagar de mercadorias e serviços substancialmente ligados a fase de construção da usina.

7. PARTES RELACIONADAS

As operações são prestadas em condições específicas acordadas entre as partes. Os saldos patrimoniais são assim demonstrados:

Ativo circulante	31.12.2022	31.12.2021
		(não auditado)
Contas a receber:		
Morro do Cruzeiro II S.A. (i)	195	-
	195	-
	195	-
Passivo circulante	31.12.2022	31.12.2021
		(não auditado)
Fornecedores:		
Statkraft Energias Renováveis S.A. (ii)	195	-
	195	-
	195	-

(i) Saldo a receber composto pelo rateio das aquisições de bens necessários para construção do parque eólico provido pela estrutura de condomínio estabelecido para as empresas do projeto Morro do Cruzeiro ao qual a Companhia faz parte;

(ii) Saldo a pagar composto pelo compartilhamento de custos administrativos.

7.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia não efetuou pagamento a título de remuneração aos Administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

8. FINANCIAMENTOS

Em 9 de março de 2022, para suportar a fase de construção do projeto eólico, a Companhia celebrou contrato de financiamento junto ao BNB – Banco do Nordeste no montante de R\$146.855. O contrato possui carência de 3 anos com juros capitalizados, prazo para pagamento de 22 anos e cláusula de desembolso. O custo médio dessa captação é de 3,6113% a.a. adicionado ao IPCA.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social, subscrito e integralizado, está representado pelo

montante de R\$79.368 (R\$20 em 31 de dezembro de 2021) e por 79.368.000 ações ordinárias, sem valor nominal, detidas em sua totalidade pela sua controladora Statkraft Energias Renováveis S.A.

No decorrer do exercício, a Companhia recebeu o total de R\$79.348 em forma de aporte de capital da sua controladora Statkraft Energias Renováveis S.A, com a emissão de 79.348.000 ações ordinárias.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui saldos representados por adiantamentos para futuro aumento de capital. O saldo vigente em exercícios anteriores foi totalmente integralizado no decorrer de 2022 conforme previsto em contrato específico celebrado entre a Companhia e sua controladora.

10. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u> (não auditado)
Serviços de terceiros	(1.990)	
Viagens e estadias	(7)	
Impostos e taxas	(335)	
Seguros fianças e comissões	(324)	(6)
Salários e encargos sociais	(257)	
	<u>(2.913)</u>	<u>(1)</u>

11. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u> (não auditado)
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	16	-
Variação cambial ativa	10	-
	<u>26</u>	<u>-</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre arrendamentos	(73)	-
IOF, multas e juros sobre tributos	(13)	-
	<u>(86)</u>	<u>-</u>
	<u>(60)</u>	<u>-</u>

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Para fins de apuração de impostos a empresa optou pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidentes sobre o resultado tributável.

A apuração de IRPJ e CSLL pode ser assim apresentada:

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2022	31.12.2021 (não auditado)	31.12.2022	31.12.2021 (não auditado)
Base de cálculo presumido	-	-	-	-
Presunção do lucro tributável - %	8%	8%	12%	12%
Outras receitas	26	-	26	-
Base de Cálculo	26	-	26	-
Alíquota %	15%	15%	9%	9%
Total	(4)	-	(2)	-
IRPJ e CSLL no resultado	(4)	-	(2)	-

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

13.1. Instrumentos financeiros por categoria

	31.12.2022	31.12.2021 (não auditado)
Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	6	2
	<u>6</u>	<u>2</u>
Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado		
Partes relacionadas	195	-
	<u>195</u>	<u>-</u>
Passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado		
Arrendamentos	990	918
	<u>990</u>	<u>918</u>
Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado		
Fornecedores	2.128	-
Partes relacionadas	195	-
	<u>2.323</u>	<u>-</u>

13.2. Fatores de risco financeiro

A gestão de risco é realizada pela tesouraria do Grupo Statkraft, segundo ainda as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global bem como para áreas específicas como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos, e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de vencimento antecipado do financiamento

Risco proveniente do descumprimento de cláusula contratual restritiva, presente no

contrato de financiamento a qual, em geral, requer a manutenção das condições precedentes previstas em contrato. A Administração monitora regularmente estas condições precedentes, com o objetivo de tomar as ações necessárias para garantir que os contratos de financiamentos não tenham seu vencimento antecipado.

14. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante o exercício de 2022, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento não envolvendo caixa, não estando, portanto, refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

- a) No decorrer de 2022 a Companhia reconheceu integralização de capital no montante de R\$ 41.543 via conversão de adiantamento para futuro aumento de capital social em capital social integralizado.

15. EVENTOS SUBSEQUENTES

15.1. Recebimento de desembolso sobre financiamento

Em 17 de fevereiro de 2023 a Companhia recebeu seu 1º desembolso referente aos contratos de financiamentos firmados com o BNB – Banco do Nordeste no montante de R\$ 79.368.

15.2. Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital

Até a data da emissão desta demonstração financeira, foi recebido o montante de R\$ 28.092 em forma de adiantamento para futuro aumento de capital de sua controladora Statkraft Energias Renováveis S.A. com a principal finalidade de realizar as aquisições de bens e serviços necessários para suportar a fase de construção da usina.
